

AS SOCIEDADE INDÍGENAS

META

Refletir sobre a importância de estudar as sociedades indígenas como parte significativa das culturas americanas.

OBJETIVOS

Ao final desta aula, o aluno deverá:

perceber que os povos indígenas não são todos iguais;

entender a lógica das relações sociais no contexto das sociedades indígenas;

constatar que os povos indígenas formam uma parte significativa do povo americano.

PRÉ-REQUISITOS

Ter assimilado o conteúdo da aula 1.



Uma índia Timbira, um dos conjuntos de povos indígenas que falavam a língua tupi. (Fonte: <http://img.socioambiental.org/>)

INTRODUÇÃO

Caro aluno ou querida aluna: você deve ter percebido que o viés interpretativo do nosso curso tem como pressuposto metodológico os estudos relativos à Antropologia Histórica. Basicamente, o objetivo da nossa primeira aula foi tentar compreender qual a importância da referida vertente para os estudos sobre a História das Américas.

Não obstante as reflexões que foram feitas até agora tenham tido o foco direcionado ao universo acadêmico europeu, necessário se faz destacar que a condução deste curso está voltada, única e exclusivamente, para a História dos povos americanos. Fugiremos, sempre que possível, das interpretações eurocêtricas, focando o nosso olhar, preferencialmente, sobre nossa gente. Torna-se, portanto, redundante destacar que este não é um curso de História Moderna ou Contemporânea. Muito pelo contrário, é a oportunidade que estamos tendo de estudar as Américas, a nossa América, interpretada, sempre que possível, por autores tipicamente americanos.



Índios Aruák do Alto do Xingu, no Mato Grosso.
(Fontes: <http://www.acemprol.com>)

ÍNDIO: UM CONCEITO COM VÁRIAS FACETAS

A Antropologia nos ensina que há duas diferentes maneiras de classificar as sociedades indígenas: o critério linguístico e o das zonas culturais.

Com relação à diversidade linguística sabe-se que no Brasil os diferentes grupos indígenas falam, pelo menos, 170 línguas. Contudo, há muitas dentre elas que foram parcialmente estudadas e outras que ainda nem foram interpretadas. Contudo, os grupos já descobertos foram classificados em famílias linguísticas.

O professor **Aryon D. Rodrigues**, em uma pesquisa realizada há mais de trinta anos, nos apresentou a seguinte classificação das principais famílias linguísticas existentes no Brasil:

1. Família tupi – guarani: guarani, tepitapê, urubu, kamayurá, aweti, maué (saterê), língua-geral (nheengatu), xetá, asurini, guajajara, kayabi, parintintin e ayampi.
2. Família munduruku: munduruku.
3. Família juruna: juruna.
4. Família arikem: karitiana.
5. Família tupari: tupari, makurap e wayoró.
6. Família mondé: cinta-larga, suruí e gavião do Jiparaná.
7. Família jê: kaingang, kayapó, kraô, gavião do Tocantins, xavante, xokleng, apinayé, canela, xerente e suyá.
8. Família karib: bakairi, kuikúru, arara do Xingu, apali, makuxi, waiwai, tirió, kalapalo, txikão, galibi, hixkariana, taulipang e kaxuyana.
9. Família aruak: terena, waurá, mehináku, wapixana, baniwa, apurinã (ipurinã), paresi, yawalapiti, palikur, baré, tariana e hohôdene.
10. Família aruá: jamamadi, kulina, deni e paumari.
11. Família tukano e maku: tukano, kubewa, desano, wanana, nadóbô (nadêo) e hubdô (hupda).
12. Família xiriana ou yanonámi: xiriana, sanumá e waiká.
13. Família pano: kaxinawá, karipuna do Guaporé e marubo.
14. Família txapakuru: pakaanova, urupá e tora.
15. Família nambikwara: nambikwara, galera, namainde, sabonês.
16. Família bororo: bororo oriental e umutina
17. Família guaikuru: kadiwéu
18. Família maxakali: maxakali e pataxó
19. Isolados linguísticos: karajá, guató, máku, erikpaktsá (rikbaktsá), arikapu, funiô (iatê), iranixe (münkã), trumai, jabuti e tukuna.

FONTE: RODRIGUES, Aryon D. São mais de cem as línguas faladas no Brasil. In. Índios do Rio Xingu. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1976. (Publicação especial de Cartaz, p.46-51).

Aryon Rodrigues

É considerado um dos mais renomados lingüistas brasileiros com temática vinculada ao universo indígena. Foi o sistematizador da classificação genética das línguas brasileiras, principalmente do tronco Tupi. Produz sistematicamente desde a década de 1940.

O critério das zonas culturais é fruto da constatação, feita pelas pesquisas antropológicas, de que sociedades vizinhas costumam sofrer influências recíprocas. Tratam-se, portanto, de áreas geográficas onde os grupos compartilham elementos culturais.

Uma das zonas culturais mais conhecidas do Brasil é o Parque Nacional do Xingu. Trata-se de uma reserva indígena que possui 22.000 km² e que está localizada no estado do Mato Grosso. A referida reserva encontra-se dividida em Alto e Baixo Xingu, e abriga 16 nações que têm traços culturais comuns e buscam viver em harmonia umas com as outras, bem como com a natureza.

Não obstante tal fato, é importante destacar que, mediante a variedade linguística anteriormente apresentada, não existem sociedades indígenas iguais, mesmo quando compartilham a mesma zona cultural. Como afirma Alcida Ramos (1986, p.11): “... elas mantêm individualidades, tanto no plano das relações sociais como no campo simbólico.”



Alcida Rita Ramos

A professora emérita da Universidade de Brasília é um dos principais nomes da Antropologia brasileira. Lutou por mais de duas décadas pela demarcação das terras dos índios Yanomami e foi presidente da Comissão Pró-Uanomami (CCPY). Trabalhou sistematicamente elaborando estudos comparados sobre o indigenismo na América Latina.

A LÓGICA DAS RELAÇÕES NAS SOCIEDADES INDÍGENAS

Você já deve ter percebido que a diversidade dos povos indígenas brasileiros é bastante significativa. Olhando por esse prisma, constata-se que não formamos uma nação onde se fala, única e exclusivamente, o português.

Necessário se faz destacar, contudo, que o exemplo dado refere-se somente ao Brasil. Trata-se, portanto, de uma pequena parcela do que podemos chamar de zona das baixas culturas pré-colombianas.

Alcida R. Ramos (1986, p.8) chama essa região de “subcontinente”. Ela se refere às terras baixas sul-americanas que formam a América do Sul não-andina. Nesse universo constituído por sociedades tão díspares, existem grupos que apresentam características semelhantes que destoam completamente das chamadas altas culturas pré-colombianas (Incas, Maias e Astecas, por exemplo). Contudo, nunca é demais enfatizar que não existem sociedades indígenas iguais.

Não obstante tal constatação, existe uma lógica sociocultural latente aos referidos grupos que alguns antropólogos buscaram compreender. Essa teia de relações foi estudada principalmente pelos estruturalistas, dentre os quais se destaca a figura de **Claude Lévi-Strauss**.

Ou seja, existem nas sociedades indígenas algumas características que lhes são comuns. Isso não significa que sejam realizadas da mesma forma, mas que, enquanto acontecimento, ocorrem em todas elas.

Para que você possa entender melhor, pode-se, por exemplo, destacar as regras de relacionamento e constituição de núcleos familiares; é o que comumente chamamos, no nosso universo simbólico, de “casamento”.

Nesse caso, as relações de parentesco devem ser levadas em consideração, principalmente no que diz respeito ao tabu do incesto. Ou seja, da proibição

de relações sexuais entre parentes. Em todas essas sociedades existem, portanto, regras específicas que determinam com quem não se pode casar, ou, em alguns casos, de com quem se pode.

Dentre as modalidades de constituição de núcleos familiares, existem relações patriarcais ou matriarcais. Na primeira, a mulher vai para casa do marido, e na segunda ocorre o contrário.

Destaca-se na segunda modalidade o fato de que, em alguns casos, o homem vai prestar serviço aos sogros para que possa compensá-los pelos esforços que estes fizeram para criar a filha com a qual ele se encontra “casado”.

A relação com mais de um parceiro ou parceira, a chamada poligamia, é aceita em alguns desses grupos. Porém, quando ocorre, a poliginia, casamento de um homem com mais de uma mulher, é mais tolerada que a poliandria, união de uma mulher com mais de um parceiro.

Com relação aos filhos advindos dessa união, nota-se algo que nos chama atenção: as crianças indígenas jamais recebem punições físicas. Bater num filho menor e indefeso é considerado covardia. As crianças são criadas no meio dos adultos e podem acompanhá-los em todas as suas tarefas cotidianas. Uma criança jamais será advertida por estar brincando com objetos cortantes, com fogo, mergulhando num rio ou subindo em uma árvore da floresta. Ela é socializada num mundo de verdade, aquele que realmente a circunda, e com o qual ela tem que aprender a se relacionar, ou correrá o risco de não sobreviver.

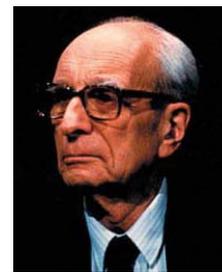
Preste atenção ao exemplo que Alcida R. Ramos (1986, p.59) nos propõe:

[...] Uma criança manhosa ou irritada pode se comportar agressivamente, batendo na mãe ou em quem quer que seja, quebrando coisas, aos berros, que os pais e os demais adultos se limitam a observar, sorrir e esperar que passe a crise; ela nunca é castigada por fazer um adulto perder a paciência; pode ser repreendida, mas nunca é vítima de maus-tratos físicos.

No que tange às relações sociais nas aldeias, há sempre um chefe religioso e outro político.

O pajé ou xamã é o líder espiritual da aldeia, cuja função é cuidar da saúde dos seus companheiros e guardar a tradição do grupo. Sua escolha encontra-se geralmente relacionada com acontecimentos extraordinários, interpretados como mágicos ou anormais; geralmente vinculados aos fenômenos naturais. Necessário se faz dizer que nas sociedades indígenas existe uma intrínseca relação entre vida religiosa e o universo da floresta.

O chefe político não é possuidor de qualquer poder de mando. Nas sociedades indígenas o poder não se encontra concentrado na mão de uma única pessoa; mas está distribuído no grupo, o qual exerce mecanismos de pressão e controle social uns com relação aos outros, inclusive sob seus líderes.



Claude Lévi-Straus (1908-2009)

É considerado um dos maiores intelectuais do século XX. Sua grande contribuição reside no fato de haver elaborado os pressupostos metodológicos da Antropologia Estrutural. Um dos seus principais objetos de estudo foram as sociedades indígenas do Brasil; país onde esteve pesquisando e lecionando Sociologia, na Universidade de São Paulo, entre 1935 e 1939. No final da década de 1940, ocupou uma cadeira de Ciências Religiosas na V seção da Escola Prática de Altos Estudos de Paris. Uma de suas obras mais influentes foi *Tristes trópicos* (1955), na qual relata sua experiência sobre o trabalho de campo realizado durante o tempo que esteve visitando diferentes sociedades indígenas brasileiras.

Vejamos o que Alcida R. Ramos (1986, p.66-7) diz sobre a figura do chefe:

[...] os líderes não têm poder de coerção. Sua posição é mantida, o respeito de seus companheiros é assegurado não pelo exercício da força ou ameaça de uso da força, mas pela persuasão. Um bom líder é aquele que atende aos desejos da comunidade, que articula o consenso geral. Sua atitude reside numa série de atributos que [...] legitimam a sua posição e asseguram o consentimento de seus seguidores. A perda desses atributos custa-lhe também a perda da chefia.



**Tzvetan Todorov
(1939)**

Pesquisador romeno, radicado na França, que possui estudos que transitam entre a crítica literária e a filosofia da linguagem, sempre dentro de uma visão estruturalista e semiótica.

É o atual diretor do Centro de Pesquisa sobre as Artes e a Linguagem na cidade de Paris. Ocupou anteriormente os cargos de diretor do Centro Nacional de Pesquisa Científica também de Paris (CNRS) e foi professor na Escola de Altos Estudos da França e da Universidade de Yale, nos EUA.

Todo esse entrelaçado de relações sociais se desenrolam numa distribuição espacial comum: a aldeia. Nela, encontramos as residências dos índios, que podem ser divididas por núcleos familiares ou, como é mais frequente, em casas comunais, onde se podem identificar grupos que se reúnem ao redor de uma fogueira para realizar suas tarefas cotidianas.

Nesses espaços residenciais comuns, não há possibilidade de privacidade ou segredo; tudo é partilhado com base na reciprocidade das relações. Num universo tão comunitário, o isolamento social é um dos piores castigos.

Assim sendo, um dos recursos mais importantes para o índio é a terra. Ela representa o suporte para vida social. Sem terra não tem aldeia, sem aldeia não há grupo, sem grupo não há cultura, sem cultura não há vida. Nesse sentido, a terra não é somente a responsável pelo suporte natural que os índios necessitam, mas é a fonte de toda riqueza sociocultural do seu povo.

Na aldeia não existe propriedade privada ou limites territoriais rígidos. A terra e seus recursos naturais pertencem à comunidade. Tanto a abundância como a penúria são partilhadas por todos. Portanto, nesse espaço comum, não há lugar para desigualdades sociais.

Sem a terra, o índio perde a sua autonomia, fica dependente e carece de referências culturais próprias.

Vejamos o que Alcida R. Ramos (1986, p.22) nos diz sobre a referida questão:

Limitar, pois, o território de um grupo às imediações do seu centro residencial, a aldeia, é condenar esse grupo à penúria permanente, privando-o dos recursos naturais que, por sua natureza ecológica, acham-se espalhados por grandes distâncias, necessitando, conseqüentemente, de uma exploração extensiva e não intensiva. No Brasil mesmo, temos inúmeros exemplos de índios que, havendo perdido seus territórios originais, são obrigados a utilizar, para sobreviver, o único recurso que lhes restou: o trabalho, vendido barato, senão mesmo dado, aos regionais invasores.

No final do século XV, quando os europeus chegaram à América Latina, havia cerca de 80 milhões de pessoas distribuídas em mais de 3 mil nações indígenas diferentes.

Só no Brasil, estima-se que havia cerca de 5 milhões de indivíduos, segundo dados apresentados na página 19 do livro Povos indígenas: terra é vida de Egon Heck e Benedito Prezia (1999). Hoje se encontram reduzidos a pouco mais de 588.000 indivíduos. Genocídio? Melhor seria dizer, como **Tzvetan Todorov (1983)**: hecatombe, uma imensa catástrofe sem precedentes na história da humanidade.

Apesar do seu relativo isolamento, os grupos indígenas constituem uma parte significativa da população desta nação e são, portanto, tão brasileiros como qualquer um de nós. Neste sentido, possuem livre acesso para participar dos movimentos reivindicatórios que fazem parte dos pleitos da sociedade civil organizada, em defesa de seus direitos constitucionais.

CONCLUSÃO

Assim, podemos entender, como **Aracy Lopes da Silva (1988, p.37)**, que o problema dos indígenas é também o nosso:

A questão indígena está longe de ser um “problema dos índios”. Ela diz respeito a todos nós. Cabe a todos nós decidirmos se queremos uma nação justa e respeitosa dos direitos das pessoas. Cabe a nós todos pensarmos um momento sobre a riqueza das experiências humanas de que desfruta um país que sabe respeitar as diferenças culturais e se construir através de modos mais simétricos de relacionamento entre seus muitos segmentos.

Em suma, a questão indígena é a mesma que afeta estruturalmente outros brasileiros sem terras e sem condições de moradia digna. Trata-se, portanto, de uma questão política que mexe com muitos interesses; que atinge diretamente a riqueza dos senhores do poder.

RESUMO

Na aula de hoje, você deve ter percebido que os verdadeiros donos do continente que os europeus chamaram de América são os índios. Compreendeu, também, que existe uma variedade muito grande de sociedades indígenas e que um só conceito generalizante não dá conta de cobrir a amplitude desses grupos. Aprendeu, ainda, que existem, ao menos, duas formas de classificar as sociedades indígenas: o critério linguístico e o das áreas culturais. Descobriu que a lógica das relações sociais entre os referidos grupos é muito diferente da nossa no que diz respeito às: relações afetivas, lideranças, educação dos filhos e, principalmente, no valor dado à terra. Em suma, pôde entender que as sociedades indígenas são parte integrante do nosso povo e que os seus problemas atuais são frutos de grandes perdas históricas, bem como da desigualdade social que impera em nosso país.



Aracy Lopes da Silva (1949-2002)

Foi professora do Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo, no qual fez parte do grupo de estudos sobre educação indígena. Doutorou-se em 1980 com uma tese intitulada: Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê. Foi presidente da Comissão Pró-Índio de São Paulo e participou durante vários anos da luta pela causa indígena.





ATIVIDADES

Leia com bastante atenção esta declaração feita pelos índios reunidos na Assembléia Geral do Conselho Mundial dos Povos Indígenas, em Port Alberni, em 1975:

Quando a terra-mãe era o nosso alimento,
quando a noite escura formava o nosso teto;
quando o céu e a lua eram nossos pais,
quando todos éramos irmãos e irmãs,
quando nossos caciques e anciãos eram grandes líderes,
quando a justiça dirigia a lei e sua execução;
aí outras civilizações chegaram!
Com fome de sangue, ouro, de terra e de todas as riquezas,
Trazendo numa mão a cruz e na outra a espada, sem conhecer ou
querer aprender
os costumes de nossos povos, nos classificaram abaixo dos animais.
Roubaram nossas terras e nos levaram para longe delas,
Transformaram em escravos os “filhos do sol”.
Entretanto não puderam nos eliminar, nem nos fazer
esquecer o que somos,
porque somos de uma ascendência milenar e somos
milhões.
Mesmo que nosso universo inteiro seja destruído,

NÓS VIVEREMOS,
por mais tempo que o império da morte!

FONTE: HECK, Egon e PREZIA, Benedito. Povos indígenas: terra é vida. 6ª ed., São Paulo: Atual Editora, 1999.

Depois de haver feito a leitura do texto, reflita sobre o que os índios quiseram dizer com a seguinte frase: “... aí outras civilizações chegaram! Trazendo numa mão a cruz e na outra a espada, sem conhecer ou querer aprender os costumes de nossos povos. ...”

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Imagine que você tem, de uma hora para outra, a sua casa invadida, seus amigos assassinados e tudo o que você construiu e acreditava simplesmente destruído como num piscar de olhos. Certamente, essa é uma possibilidade aterradora!

Pois bem, foi isso que aconteceu com milhares de indivíduos que habitavam estas terras: “... as outras civilizações chegaram! Trazendo numa mão a cruz e na outra a espada...”. Os europeus não abriram mão, nem por um só segundo, de sua cultura ou de suas metas mercantilista: era preciso acumular ouro a qualquer preço. Dessa forma, propagar o catolicismo romano e matar para conseguir riquezas e conquistar eram as duas faces de uma mesma moeda: a colonização do Novo Mundo.

Etnocêntricos, eles não se preocuparam em perder tempo para tentar entender o outro. Mas, para que tentar entender, se “a verdade” estava do lado deles? Não, não havia tempo! A força devastadora das espadas e dos canhões era mais rápida do que a capacidade reflexiva de seres humanos inteligentes.

Resultado de tudo isso: os índios foram expulsos de suas terras, desprovidos de suas crenças e presenciaram o assassinato dos seus entes queridos. Em suma, perderam todas as suas referências.

Diante do exposto, acreditamos que deve ser muito grande a dívida moral e humanitária que o ocidente europeu tem para com os índios das Américas. E você, o que acha de tudo isso?

AUTO-AVALIAÇÃO

1. Pude compreender que existe uma grande diversidade de grupos indígenas?
2. Tive a capacidade de relativizar os meus valores culturais ao conhecer algumas das lógicas que regem as relações sociais entre as sociedades indígenas?
3. Compreendi que o problema da terra entre as sociedades indígenas é mais complexo do que uma simples posse de território?
4. Fui capaz de perceber que o índio é parte integrante da população brasileira e que, portanto, os problemas deles dizem respeito à implantação de políticas sociais mais justas por parte dos governantes deste país?

PRÓXIMA AULA

Começaremos a estudar as altas-culturas pré-colombianas, com destaque para os Olmecas e os Maias, as primeiras grandes sociedades da Mesoamérica.



REFERÊNCIAS

- CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HECK, Egon e PREZIA Benedito. **Povos indígenas: terra é vida**. São Paulo: Atual, 1999.
- LEVI-STRAUS, Claude. **Tristes trópicos**. Lisboa/São Paulo: Edições 70/Martins Fontes, 1981.
- RIBEIRO, Darcy. **Os índios e a civilização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- RODRIGUES, Ayron D. São mais de cem as línguas faladas no Brasil. In. **Índios do Rio Xingu**. Rio de Janeiro: Rio Gráfica, 1976. (Publicação especial de Cartaz, p. 46-51)
- SILVA, Aracy Lopes da. **Índios**. São Paulo: Ática, 1988.

REFERÊNCIAS AUDIOVISUAIS

- NOVAES, Washigton. **Xingu**. Brasil, Rio de Janeiro, Rede Manchete, Manchete Vídeo, Intervideo, português, colorido, VHS, 120 min.
- PEREIRA, Luiz Alberto. **Hans Staden**. Brasil/Alemanha, São Paulo, Lanfilme Brasil, dublado, colorido, DVD, 1998, 100 min.
- SANTOS, Nelson Pereira dos. **Como era gostoso meu francês**. Brasil, Rio de Janeiro, Manchete vídeo, dublado, colorido, VHS, 1971, 84 min.

Leitura recomendada

- RAMOS, Alcida. **Sociedades indígenas**. São Paulo: Ática, 1986.